



Processo: nº 10.073/2008 (d).

Origem: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.

Assunto: Inspeção

Ementa: Auditoria de Regularidade levada a efeito em atendimento ao PGA-2008.

. Verificação da regularidade da execução dos atos administrativos referentes às concessões de aposentadorias e pensões e suas revisões, bem como dos respectivos proventos, na forma do item I da Decisão nº 77/2007, proferida no Processo nº 24.185/07.

. Resultado de Inspeção levada a efeito objetivando verificar o atendimento da diligência objeto dos itens III e IV da Decisão 5.74/2013(fl.s. 425/426).

. Secretaria de Fiscalização de Pessoal manifestou-se pelo atendimento parcial da diligência e conversão do feito em nova diligência (fl.s. 512/522).

. Parecer convergente do Ministério Público de Contas do DF (fl.s. 524/527).

. Acolhimento das sugestões ofertadas pela Unidade Técnica. Devolução dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

RELATÓRIO

Trata o processo de Auditoria de Regularidade levada a efeito na Secretaria de Estado de Educação, no período de 07.04 a 23.06.2008.

Na presente fase processual, aprecia-se o resultado de Inspeção levada a efeito objetivando verificar o atendimento da diligência objeto dos itens III e IV da **Decisão nº 5.374/2013**, que estatuiu:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

(...)

III - determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta dias), adote as seguintes providências:
a) em relação à aposentadoria de BERNARDETE CESÁRIO DA SILVA, mat. nº 93.375-x (GDF nº 80.003.870/03), confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 298 daqueles autos, a fim de corrigir o percentual do ATS para 16%, tornando sem efeito o documento



substituído, ajustar os percentuais do ATS (códigos 1502 e 1504) e da GIC (cod. 1532) no SIGRH, e apurar as diferenças pagas indevidamente, a fim de efetuar o ressarcimento ao erário, a teor do enunciado nº 79 das súmulas de jurisprudência do TCDF; b) quanto à aposentadoria de MARÍLIA RIBEIRO DE MELO, mat. nº 46.740-5 (GDF nº 80.017.998/02), retificar o ato de revisão de proventos fls. 90/91, retificado pelo ato de fl. 212, ambos daqueles autos, a fim de excluir a menção ao art. 186, inc. I, § 1º, da Lei nº 8.112/90, e incluir, em seu fundamento legal, o § 5º do art. 18 da Lei Complementar nº 769/08, bem como encaminhar os referidos autos apensos GDF ao TCDF; c) em relação à aposentadoria de VALDINEIA SILVEIRA BRAGA REGO, mat. nº 79.668-9 (GDF nº 82.007.010/98), confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 155 daqueles autos, a fim de ajustar o valor da parcela "Repres. DF-07 (L.1141/96)" para R\$ 566,37, tornando sem efeito o documento substituído; d) quanto à aposentadoria de ANTONIO CÍCERO DO CARMO, mat. nº 91.440-1 (GDF nº 82.002.882/95), ajustar no SIGRH o valor da vantagem VPNI-Décimos (L.1004/96 10/10 GRG-Assist.) para R\$ 157,92, conforme valores de novembro/12; e) em relação à aposentadoria de TANIA MARA OLÍMPIO DA SILVA, mat. nº 59.842-9 (GDF nº 82.027.997/95), confeccionar novo abono, em substituição ao de fl. 165 daqueles autos, a fim de ajustar o valor da parcela "Adic. Dec. (L.1004/96) 6/10 DF-4 e 4/10 Grat. Aux. GDF" para R\$ 328,97, tornando sem efeito o documento substituído; f) quanto à aposentadoria de HERMES MOREIRA DOS SANTOS, mat. nº 90.929-7 (GDF nº 82.001.423/93), ajustar as parcelas "Opção 55% Venc. DF-12" (R\$ 10,42) e "Representação DF-12" (R\$ 1.015,55), de modo a serem calculadas na proporção de 30/35 avos, em valores de novembro/12;

IV - do mesmo modo, determinar à jurisdicionada que: a) acompanhe o trâmite da ADI nº 2012.00.2.023636-5 até o seu trânsito em julgado, adotando, a partir daí, as medidas cabíveis quanto ao ajuste definitivo da parcela quintos/décimos incorporados em VPNI, de que trata a Lei nº 4.584/11, nos proventos dos servidores que fazem jus a essa vantagem; b) observado o que deflui dos princípios do contraditório e da ampla defesa, regularize a situação dos servidores que percebem a parcela "Complementação Salarial Temporária" e que se encontravam em efetivo exercício nos



estabelecimentos de restrição de liberdade definidos no § 2º do art. 25 da Lei nº 4.075/07, em 30.10.07, e que atualmente estão exercendo atividades nas unidades definidas no § 8º, VI, do art. 21 da referida lei, com percepção da GADERL, esclarecendo que o cálculo da referida vantagem complementar de caráter temporário consiste no valor da diferença entre essa gratificação e as extintas GEEP e GDEP, ou o somatório de ambas, se for o caso, devendo-se cessar imediatamente o pagamento da multicitada parcela complementar aos servidores que deixarem de exercer suas atividades nos mesmos estabelecimentos de restrição de liberdade, sendo resguardado o direito à incorporação proporcional da GADERL; c) da mesma forma, regularize a situação dos servidores que percebem a parcela "Complementação Salarial Temporária" e que se encontravam em efetivo exercício nos estabelecimentos de ensino diferenciado definidos no § 2º do art. 25 da Lei nº 4.075/07, em 30.10.07, e que atualmente estão exercendo atividades nas unidades definidas no § 7º, V, do art. 21 da referida lei, com percepção da GADEED, esclarecendo que o cálculo da referida vantagem complementar de caráter temporário consiste no valor da diferença entre essa gratificação e as extintas GAR e GRL, ou o somatório de ambas, se for o caso, devendo-se cessar imediatamente o pagamento da multicitada parcela complementar aos servidores que deixarem de exercer suas atividades nos mesmos estabelecimentos de ensino diferenciado, sendo resguardado o direito à incorporação proporcional da GADEED; d) forneça os devidos esclarecimentos sobre a divergência apurada com base no relatório PAGMAN36 do SIGRH, à fl. 372, onde atualmente 133 servidores da Carreira Magistério Público da SEDF recebem a parcela Complementação Salarial Temporária, frente aos 147 servidores que percebem a GADERL e dos 66 que percebem a GADEED; e) efetue gestões junto à Secretaria de Estado de Administração Pública do DF (SEAP), com vistas a implementar no SIGRH a condição de cálculo para a parcela "Complementação Salarial Temporária" (rubrica 1287), de forma que seu valor seja absorvido na mesma proporção até sua total extinção, à medida que houver reajuste no valor das gratificações GADERL e GADEED, em consonância com o § 1º do art. 25 da Lei nº 4.075/07, além de criar códigos específicos para a condição de cálculo destas vantagens nas situações (status) de "incorporada" e "em exercício";



V - autorizar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal verificar o atendimento das diligências objeto dos itens III e IV retro em sede de procedimento de inspeção."

Da instrução formulada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal, tenho por necessário reproduzir o que segue:

"2. Observa-se, no que concerne ao item III, a necessidade de saneamento das impropriedades vinculadas às questões legais, financeiras e funcionais relacionadas às aposentadorias de servidores da Secretaria de Educação do DF.

3. Quanto ao item IV da Decisão nº 5374/2013, tem-se a questão da percepção de valores indevidos da vantagem complementar de caráter temporário, que consiste no valor da diferença entre a GADERL e as extintas GEEP e GDEP e entre a GADEED e as extintas GAR e GRL, por servidores que não faziam mais jus a essas parcelas, conforme os requisitos fixados na legislação de regência (Lei nº 4075/2007), além de deficiências apuradas no SIGRH, relacionadas à condição de cálculo para a Complementação Salarial Temporária (rubrica 1287), que deveria ter o seu valor absorvido na mesma proporção dos reajustes no valor das gratificações GADEED e GADERL, em consonância com o art. 25, § 1º, da Lei nº 4075/2007, além de se criar condições de cálculo específicas para as situações de incorporação de frações da GADEED e GADERL por servidores inativos e ativos (na razão de 0,6% por ano de efetivo exercício nos estabelecimentos de ensino diferenciado e de restrição de liberdade, conforme o inc. II do § 7º e o inc. II do § 8º, ambos do art. 21 da Lei nº 4075/2007, respectivamente), e para a percepção dessas vantagens pelos servidores que se encontram em atividade nos referidos estabelecimentos (no percentual de 15% sobre o vencimento básico inicial do cargo de Professor de Educação Básica e do PECMP, a teor dos incisos VIII e IX do art. 21 do multicitado diploma legal).

4. Quanto à estratégia metodológica, o presente procedimento fiscalizatório abrangeu a pesquisa documental realizada nos sistemas e-TCDF, SIGRH e SIGRHWEB, a expedição de notas de inspeção, a aplicação de questionário in loco (Unidade II da Secretaria de Educação - SGAN 607, Projeção "D", Asa Norte), junto aos titulares das Gerências de Pagamento de Ativos e de Pagamento de Inativos e Pensionistas, bem como o levantamento e análise dos dados e informações coletados junto a servidores da Coordenação de Administração de Pessoas e da



Gerência de Concessão de Aposentadorias e Pensões, a elaboração de conclusão e a definição de proposições.

5. A legislação pertinente ao tema consiste basicamente na Lei nº 4075/2007 (reestruturação da Carreira Magistério Público do DF), em vigor à época das impropriedades detectadas na auditoria de regularidade, além da LC nº 840/2011 e a Lei nº 5105/2013, que define a estrutura de cargos atuais da referida carreira.

Item III da Decisão nº 5374/2013

6. Em relação ao item III da Decisão nº 5374/2013, relatam-se as situações dos Processos disponibilizados pela SEEDF em atendimento à Nota de Inspeção nº 001 - 10073/2008 (fls. 432/433), conforme discriminado no quadro a seguir:

| Servidor(a) | Providências da SEE |
|--|--|
| BERNADETE CESÁRIO DA SILVA , mat. 95375-X. (Proc. GDF nº 80.003.870/2003) | Observa-se que a jurisdicionada não chegou a elaborar novo abono provisório, com os ajustes determinados nas parcelas do ATS e da GIC, para, respectivamente, 16% e 135%. Entre novembro/2007 e janeiro/2008, a jurisdicionada reduziu o percentual do ATS de 23% para 11%. De lembrar que a servidora revertera, pela segunda vez, à atividade, trabalhando de 21.02.2007 até 24.11.2011 (fls. 434/443). Nesse interregno, foram constatadas sucessivas alterações nos percentuais do ATS e da GIC (fls. 444/445). Observa-se, contudo, que no novo demonstrativo do tempo de contribuição consta lançado o total de 6.953 dias efetivamente trabalhados, o que corresponde a 19% de ATS consignados no SIGRH (fl. 446). De acordo com o Anexo V da Lei nº 5106/2013, a interessada passou a perceber a Gratificação de Incentivo à Carreira-GIC no percentual de 88%, correspondente ao 7º Nível na escala vigente até 31.08.15 (Anexo V), sendo oportuno mencionar que o novo ato de aposentadoria, objeto de exame no SIRAC, encontra-se em fase de análise pelo Controle Interno (ato 002064-7). Ademais, observa-se a correção dos cálculos dos proventos percebidos pela inativa desde a sua inativação, em 2011 (fls. 447/448). Desse modo, tem-se por atendida a determinação objeto do item III-a da Decisão nº 5374/2013. |



| | |
|---|--|
| <p>MARÍLIA RIBEIRO DE MELO, mat. 46740-5. (Proc. GDF nº 80.017.998/2002)</p> | <p>De acordo com o ato publicado no DODF de 09.12.2010, a jurisdicionada procedeu à retificação determinada, excluindo do fundamento legal da revisão os termos dos artigos 186, inciso I, § 1º, e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90 para inserir o § 5º do artigo 18 da LC nº 769/2008 (fl. 449). Trata-se de servidora que ingressou no serviço público antes de 31.12.2003, tendo se inativado por idade, com proventos proporcionais, conforme o ato publicado no DODF de 24.02.2003. Em 05.07.2006, a Junta Médica oficial concluiu ser a inativa portadora de enfermidade grave, emitindo Laudo Médico de Revisão de Aposentadoria e Isenção de Imposto de Renda e publicou a revisão de proventos da servidora a fim de considerá-la inativada com proventos integrais (fls. 450/452). Na oportunidade, a revisão foi considerada ilegal pelo Tribunal, conforme a Decisão nº 6916/2007. Ocorre que, em nova análise, o órgão de Controle Interno, tendo em conta a inclusão da moléstia no rol das especificadas em lei, conforme disposto no art. 18, § 5º, da LC nº 769/2008, pugnou pela revisão de proventos da servidora com fundamento no artigo 190 da Lei 8.112/90, a contar de 01.07.2008, data de vigência da LC nº 769/2008 no DF (fl. 453). Desse modo, a jurisdicionada publicou no DODF de 20.05.2014 o ato de revisão de proventos da servidora (fl. 454), que ainda pende de análise pelo Controle Interno. Assim, pode-se ter por cumprida a determinação objeto do item III-b da Decisão nº 5374/2013, ressaltando que o ato revisório será objeto de exame no SIRAC.</p> |
| <p>VALDINÉIA SILVEIRA BRAGA REGO, mat. 79668-9. (Proc. GDF nº 82.007.010/1998)</p> | <p>O valor da parcela "Representação Mensal DF-07 (L.1141/96) 29/30" foi ajustado na proporção de vinte e nove trinta avos a que a servidora fazia jus, por ter se aposentado com os proventos na mesma fração. A jurisdicionada elaborou novo abono provisório (fl. 455), em substituição ao de fl. 155 dos autos GDF de nº 82.007.010/98, com a parcela devidamente retificada no valor, à época da sua aposentadoria, em 07.12.2000, de R\$ 566,37, dando-se por cumprido o item III-c da Decisão nº 5374/2013.</p> |
| <p>ANTÔNIO CÍCERO DO CARMO, mat. 91440-1. (Proc. GDF nº 82.002.882/1995)</p> | <p>A jurisdicionada não ajustou nos proventos do servidor o valor da parcela (rubrica 1122) "VPNI-décimos (L.1004/96) 10/10 GRG-Assist." para R\$ 157,92. Os demonstrativos financeiros do SIGRH evidenciam que a referida vantagem vem sendo paga no valor de R\$ 242,68, desde julho/2003 (fls. 456/458). Posto isso,</p> |



| | |
|---|--|
| | <i>tem-se que o item III-d da Decisão nº 5374/2013 não foi cumprido.</i> |
| TANIA MARA OLÍMPIO DA SILVA , mat. 59842-9. (Proc. GDF nº 82.027.997/1995) | O valor da parcela "Adicional Décimos (L.1004/96) 6/10 DF-04 e 4/10 Grat. Aux. GDF" foi ajustado. A jurisdição elaborou novo abono provisório (fl. 459), em substituição ao de fl. 165 dos autos GDF de nº 82.027.997/95, com a retificação da referida parcela, de acordo com os valores dos cargos/funções correspondentes, à época da sua aposentadoria (30.04.1996), resultando em R\$ 332,76, dando-se por cumprida a determinação objeto do item III-e da Decisão nº 5374/2013. |
| HERMES MOREIRA DOS SANTOS , mat. 90929-7. (Proc. GDF nº 82.001.423/1993) | As fichas financeiras obtidas junto ao SIGRH (fls. 460/462) demonstram que desde setembro/2008, as parcelas "Opção (55%)" e "Representação Mensal DF-12 (L.1141/96)" não vêm sendo pagas ao servidor na proporção de 30/35 avos. Do exame procedido nas peças que integram o Processo nº 3869/93, relativo à sua aposentadoria (fls. 463/469), não constam elementos que justifiquem o pagamento das vantagens na forma evidenciada. Desse modo, considera-se não cumprido o item III-f da Decisão nº 5374/2013. |

Item IV da Decisão nº 5374/2013

7. De início, cabe destacar que o foco da determinação contida no item **IV-a** do decisum foi o acompanhamento do deslinde da ADI 2012.00.2.023636-5, ajuizada em face do contido no parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 4584/2011, que trata do reajuste da parcela de décimos incorporados. Na instrução precedente destes autos não havia ainda sido julgado o mérito da ADI. Assim, convém registrar a procedência da ação. Observa-se, contudo, que embora tenha sido julgada procedente, com efeitos ex tunc (Acórdão 659169), a ação foi submetida à apreciação da Suprema Corte, em que os autos (ARE 775432) encontram-se conclusos ao Relator, Min. Teori Zavascki (fls. 470/476), fato que recomenda o aguardo do desfecho da ADI para a adoção dos ajustes que se fizerem necessários nas vantagens incorporadas pelos interessados.

8. No que concerne à determinação objeto do item **IV-b**, voltada à regularização da situação de servidores que percebiam a parcela "Complementação Salarial Temporária" e que se encontravam em efetivo exercício nos estabelecimentos de restrição de liberdade definidos no § 2º do artigo 25 da Lei nº 4.075/07, em 30.10.07, com a percepção da



GADERL, bem assim a determinação de igual teor tratada no item **IV-c** da Decisão nº 5374/2013, referente aos que percebiam a vantagem GADEED, importa registrar a evolução da vantagem, revestida, à época, de caráter temporário.

9. O artigo 25 da Lei nº 4075/2007 assim estabelecia, verbis:

Art. 25. Fica assegurado, como Complementação Salarial Temporária, o valor relativo à diferença entre as Gratificações por Atividade de Risco – GAR, de Atividade com Adolescente em Restrição de Liberdade – GRL, por Ensino em Estabelecimentos Prisionais – GEEP e de Docência em Estabelecimentos Prisionais e de Restrição de Liberdade – GDEP, e as gratificações de que trata o art. 21, VIII e IX, pagas aos professores da Carreira do Magistério Público do Distrito Federal que, em 30 de outubro de 2007, se encontravam em exercício na Escola Parque da Cidade, na Escola Meninas e Meninos do Parque, nas unidades de execução de medidas sócio-educativas e de internação da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal ou nas unidades do Complexo Penitenciário do Distrito Federal.

§ 1º A diferença de que trata o caput é fixa e será absorvida na mesma proporção até a total extinção, à medida que houver reajuste no valor das gratificações previstas no art. 21, VIII e IX.

§ 2º Os servidores que deixarem de exercer suas atividades nos estabelecimentos de que trata o caput deixarão de fazer jus ao recebimento da Complementação Salarial Temporária prevista neste artigo.

10. Registre-se, contudo, que a Carreira Magistério Público do DF foi posteriormente reestruturada pela Lei nº 5105/2013, cujo artigo 37 assim dispõe:

Art. 37. Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI a parcela relativa à Complementação Salarial Temporária prevista no art. 25 da Lei 4.075, de 2007, recebida pelo servidor da carreira Magistério Público em 28 de fevereiro de 2013.

11. Tendo em conta as alterações introduzidas por esse normativo, aplicou-se questionário junto à jurisdicionada (fl. 477) de modo a obter as respostas necessárias à elucidação das questões trazidas à baila pelo item IV do decisor, mormente quanto ao controle feito pelo órgão em relação aos servidores contemplados com a VPNI referida no art. 37 da Lei nº 5105/13, relativa à antiga parcela "Complementação Salarial Temporária".

12. Em especial, indagou-se se fora implementado algum mecanismo de controle de pagamento no SIGRH com a condição de cálculo para a "Complementação Salarial Temporária" (art. 25 da Lei nº 4075/2007), quando ainda em vigor esse diploma legal, de modo que a Secretaria de Educação do DF acompanhasse a



progressiva absorção dessa parcela, à medida que houvesse reajuste no valor da Gratificação de Atividade de Docência em Estabelecimento de Ensino Diferenciado - GADEED e da Gratificação de Atividade de Docência em Estabelecimento de Restrição de Liberdade - GADERL.

13. Cabia esclarecer ainda se haviam sido criados códigos específicos no SIGRH para a condição de cálculo da GADEED e da GADERL nas situações de "percebida por servidor ativo" (em exercício em estabelecimentos regulamentados), "incorporada por servidor ativo" (que não mais estão em exercício em estabelecimentos regulamentados) e "incorporada por servidor aposentado/pensionista", bem assim se foram, à época, efetuadas gestões junto à Secretaria de Administração Pública do DF - SEAP, na condição de órgão gestor do SIGRH, de modo a assegurar mudanças para facilitar a operação e gestão desse sistema.

14. Esclarecimentos prestados pela titular da Gerência de Pagamento de Ativos dão conta de que, não obstante a jurisdicionada detivesse a listagem dos servidores contemplados com a "Complementação Salarial Temporária", ocorreu um lapso no controle para o acompanhamento da progressiva absorção da referida parcela quando da aplicação de reajuste à Carreira ainda na vigência da Lei nº 4075/2007. À época, não foi criado código no SIGRH para essa função específica (absorção progressiva), tendo em vista a precariedade na manutenção do sistema a cargo da SEAP, gestora do referido sistema.

15. Consequentemente, a falha só foi detectada quando da realização de auditoria, em 2011, pelo órgão de Controle Interno nos autos do Proc. GDF nº 480.000594/11, procedimento acompanhado nesta Corte no Processo nº 7405/12, que chamou a atenção para a não incidência dos reajustes na absorção da diferença recebida a título de complementação. Tiveram início, então, os trabalhos para a devida compensação da parcela, efetuando-se os levantamentos para a devolução dos valores recebidos indevidamente a esse título.

16. Irresignados, vários servidores pleitearam na justiça a preservação do valor da parcela e a dispensa do ressarcimento ao erário, logrando êxito, a maioria, na esfera judicial. Os servidores não alcançados por decisões judiciais favoráveis foram identificados e vêm sendo compelidos a devolver ao erário os valores indevidamente recebidos. Na efetivação desses procedimentos, dúvidas foram suscitadas quanto ao critério para a



apuração dos quantitativos.

17. O Secretário de Estado de Educação manifestou-se, então, a exemplo do Processo nº 080-007.604/2011, interessada: Thais Romanelli Leite (fl. 478), no sentido de que "a inteligência do § 1º do art. 25 da Lei nº 4.075/2007 é que o valor da Complementação Salarial Temporária será reduzido na proporção do aumento do valor da Gratificação de Atividade de Docência em Estabelecimento de Ensino Diferenciado - GADEED e da Gratificação de Atividade de Docência em Estabelecimento de Restrição de Liberdade - GADERL e não nos percentuais de reajuste para a carreira." Assim, foi procedida a revisão dos acertos financeiros dos servidores.

18. De posse dessas informações, foram elaboradas as Notas de Inspeção nº 002 (fls. 479/483) e 003 (fl. 484), endereçadas, respectivamente, à Gerência de Pagamento de Ativos (GPAG) e Gerência de Pagamento de Inativos e Pensionistas (GPAP).

19. No transcurso desta inspeção, a jurisdicionada esclareceu que havia adotado providências para a criação da condição de cálculo das vantagens nas situações de "incorporada" e "em exercício". No acesso ao módulo PAGMOV04 do SIGRH, notam-se as seguintes condições de cálculo (CC): 3, 7 e 8 - incorporação (GADEED/GADERL) para os aposentados; 2 - para os servidores ativos que não se encontram mais lotados nos estabelecimentos de restrição de liberdade ou de ensino diferenciado e 1 e 6 - percepção integral (GADEED/GADERL) para servidores ativos que se encontram na lotação dos estabelecimentos de ensino diferenciado e de restrição de liberdade. Com efeito, relatório extraído do SIGRH (fls. 485/486) evidencia a aplicação da condição de cálculo nas modalidades mencionadas, o que atende o item **IV.e** da Decisão nº 5374/2013.

20. Paralelamente, a equipe designada obteve junto ao SIGRHWEB a listagem dos servidores que, em 30.10.2007, recebiam a "Complementação Salarial Temporária" e estavam em exercício nos estabelecimentos de Ensino Diferenciado (com percepção da GADEED) e nos estabelecimentos de Restrição de Liberdade (com percepção da GADERL), conforme disposto no art. 25 da Lei nº 4075/2007, logrando-se obter também o rol dos servidores que tiveram assegurada a parcela como VPNI, por se encontrarem, em 28.02.2013, recebendo a referida "complementação", por força do disposto no art. 37 da Lei 5.105/2013 (fls. 487/494).

21. Foram obtidas, ainda junto ao SIGRH, as



listagens de servidores que percebem a vantagem GADEED (fl. 495) e a GADERL (fls. 496/497), relativas ao mês de maio/2014, em que são identificadas as unidades de lotação dos interessados. A respeito da disposição sobre as unidades de lotação dos profissionais de educação e os critérios de recrutamento, seleção e avaliação do processo para exercício nas respectivas unidades, destacam-se, respectivamente, a Portaria Conjunta nº 08, de 16.04.2013 (DODF de 18.04.2013), firmada entre a Secretaria de Educação e a Secretaria da Criança do DF (fl. 498), bem assim a Portaria nº 257, de 10.10.2013, publicada no DODF de 11.10.2013 (fl. 499).

22. Em resposta à Nota de Inspeção nº 003, o gerente da GPAP apresentou a lista dos 7 (sete) servidores aposentados, dos quais 5 (cinco) demandaram judicialmente visando assegurar o valor da Complementação Salarial Temporária sem a incidência dos reajustes posteriores à vigência da Lei nº 4075/2007, e 2 (dois) percebem a referida parcela seguindo procedimento adotado na Gerência de Pagamento de Ativos - GPAG, com base em processo administrativo (fl. 500).

23. No que diz respeito aos servidores ativos, a GPAG disponibilizou lista dos servidores que impetraram ação judicial no intuito de preservar o valor da extinta Complementação Salarial Temporária sem a dedução dos reajustes posteriores, acrescida dos respectivos números das ações, bem como a relação de servidores cujas situações para a regularização seguem procedimento adotado pela GPAG (fls. 501/508). Desses últimos, há casos em que a devolução ao erário (rubrica 6287), a exemplo dos demonstrativos obtidos no SIGRH (PAGMAN 34 e 45), relativos aos servidores ANE REGINA LEITE SOUSA BRAGHINI, matrícula nº 42008-5 (devolução desde setembro/2012); CECÍLIA DE FÁTIMA SOUSA, matrícula nº 64278-9 (devolveu em junho/2014); EDILSON LINDOSO NETO, matrícula nº 65371-3 (devolução desde fevereiro/2014) (fls. 509/511).

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

24. Os esclarecimentos prestados e os documentos disponibilizados pela jurisdicionada, além das fontes de consulta acessadas pela equipe designada permitem concluir que os achados da inspeção convergem no sentido de que pequena parte das providências relacionadas no item III da Decisão nº 5374/2013 ainda demandam acompanhamento, na forma proposta adiante. De outra feita, o item IV do



referido decismum pode ser considerado de todo cumprido, a par dos resultados apresentados na presente fiscalização. Quanto à determinação contida no item **IV-d**, no sentido de esclarecer sobre a divergência apurada com base no relatório PAGMAN36 do SIGRH, que apontava, à época, 133 servidores da Carreira Magistério Público da SEDF recebendo a parcela Complementação Salarial Temporária, frente aos 147 servidores que percebiam a GADERL e dos 66 que percebiam a GADEED, importa ressaltar que o fato decorre de eventual inconsistência do sistema SIGRH, cujos dados, em especial os referentes a pagamento de parcelas, podem sofrer variação em face da movimentação para o fechamento da folha de pagamento.

25. Pelo exposto, sugere-se:

- I tomar conhecimento do resultado da presente inspeção, bem assim dos documentos colacionados, em atendimento ao item V da Decisão nº 5374/2013;
- II considerar cumpridas as providências de que cuida o item III da Decisão nº 5374/2013, à exceção das alíneas "d" e "f", bem como ter por regularizadas as situações tratadas nas alíneas "b", "c", "d", "e" do item IV da Decisão nº 5374/2013, sem embargo de recomendar à jurisdicionada que acompanhe os desdobramentos da ADI nº 2012.00.2.023636-5, nos moldes determinados na alínea "a" do item IV da referida Decisão;
- III reiterar à jurisdicionada o disposto nos itens **III.d** e **III.f** da Decisão 5374/2013, fixando-lhe prazo de 60 (sessenta) dias para cumprimento, bem assim apuração dos valores pagos indevidamente a contar da referida decisão, observados o contraditório e a ampla defesa, providências que deverão ser dadas a conhecer ao Tribunal."

Em parecer convergente, o **Ministério Público de Contas** opinou pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela Unidade Técnica, alinhando os seguintes argumentos:

"10. Expostas as considerações expendidas pelo Corpo Técnico, cabe reiterar, de antemão, que os resultados dos trabalhos de Auditoria junto à SE/DF haviam culminado na apresentação do Relatório inicial, com a indicação e discriminação das falhas detectadas, observando-se que, no momento, verifica-se, em síntese, o atendimento das medidas



colacionadas nos itens III e IV da Decisão nº 5.374/2013 (fls. 425/426).

11. Desta feita, tendo em conta as informações trazidas à baila, no sentido de que as demandas foram atendidas a contento (observadas as ressalvas indicadas), nada obsta que o Tribunal tome conhecimento dos resultados alcançados e da documentação acostada, na forma suscitada pela Instrução (item I), considerando atendidas as providências que menciona (item II), sem embargo da recomendação, quanto à ADI ali expressa, bem como da reiteração dos subitens remanescentes (item III).

12. Pelo exposto, opina este **Parquet** pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela SEFIPE."

É relatório.

VOTO

A Secretaria de Fiscalização de Pessoal e o Ministério Público de Contas noticiam, fundamentadamente, o atendimento parcial da diligência objeto da Decisão nº 5.374/2013, pois pendem de cabal resolução as providências indicadas nas alíneas "d" e "f" do item III da referida deliberação plenária.

Noutro giro, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2012.00.2.023636 (mencionada no item IV da decisão em tela) o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim decidiu:

"AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE. ADMINISTRATIVO. LEI N. 4.584/2011. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. VPNI PAGA AOS OCUPANTES DE CARGOS COMISSIONADOS. EMENDA PARLAMENTAR. AUMENTO DE DESPESA. VINCULAÇÃO OU EQUIPARAÇÃO DE ESPÉCIES REMUNERATÓRIAS. INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DE EFEITOS DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE.

1. GERA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL A EMENDA PARLAMENTAR A PROJETO DE LEI DE INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO QUE IMPORTA AUMENTO DE DESPESA NÃO PREVISTO.
2. A VINCULAÇÃO OU EQUIPARAÇÃO DE QUAISQUER ESPÉCIES REMUNERATÓRIAS OU PARA EFEITO DE REMUNERAÇÃO DE PESSOAL DO SERVIÇO PÚBLICO É VEDADA PELO ART. 19, INCISO XII, DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, E ART. 37, INCISO XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.



3. TENDO EM CONTA A NATUREZA ALIMENTAR DO REAJUSTE INSTITUÍDO E A PRESUNÇÃO DE BOA-FÉ DAQUELES QUE O PERCEBERAM, HÁ QUE SE EMPREGAR EFEITOS "EX NUNC" À DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

4. SERVIDOR PÚBLICO NÃO POSSUI DIREITO ADQUIRIDO A PRESERVAR FÓRMULA DE REAJUSTE, POIS NÃO EXISTE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO.

5. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 5º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI DISTRITAL N. 4.584/2011, TODAVIA, NESTA PARTE, PERMANECERÁ O EFEITO "EX TUNC", HAJA VISTA O NÃO ALCANCE DO "QUORUM", CONFORME ART. 27 DA LEI N. 9.868/99.

Rel. Des. Silvânio Barbosa dos Santos - Publicado no DJE de 07/03/2013"

Desta decisão foi interposto Recurso Extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal, que sobre aquele apelo ainda não se manifestou.

Destarte, considerando os termos da instrução e do parecer ministerial, que adoto como fundamento de decidir, **VOTO** no sentido de que o e. Plenário:

- I.- tome conhecimento do resultado da inspeção, bem como dos documentos juntados ao feito em atendimento ao prescrito no item V da Decisão n.º 5.374/2013;
- II.- considere parcialmente atendida a diligência objeto do item III da Decisão n.º 5.347/2013, bem como tenha por regularizadas as situações tratadas nas alíneas "b", "c", "d", "e" do item IV da mencionada deliberação plenária;
- III.- recomende à jurisdicionada que observe os reflexos do trânsito em julgado da decisão de mérito proferida nos autos da ADI n.º 2012.00.2.023636-5-TJDFT nos vencimentos/proventos dos servidores porventura alcançados por seus efeitos;
- IV.- reitere à Secretaria de Estado de Educação o prescrito nas alíneas "d" e "f" da Decisão n.º 5.374/2013, fixando-lhe prazo de 60 (sessenta) dias para seu atendimento, bem como para apurar os valores indevidamente pagos a contar da referida decisão e providenciar o decorrente ressarcimento, sempre observando o prévio exercício do contraditório e da ampla defesa;
- V.- determine à jurisdicionada que remeta a esta Corte de Contas os documentos que comprovem o atendimento do previsto no item anterior;



VI.- autorize a devolução destes autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2014.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator